

Dinheiro dos ricos para demarcação

Nos últimos dois anos, a Funai demarcou 20,7 milhões de hectares de terras indígenas com recursos estrangeiros

Ronaldo Brasiense
Da equipe do **Correio**

Anêmica de recursos há anos, a Fundação Nacional do Índio (Funai) só tem conseguido dar continuidade aos trabalhos de demarcação das terras indígenas no Brasil graças à ajuda internacional.

Países que integram o G-7 (Grupo dos Sete países mais ricos do mundo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Canadá) têm sido responsáveis pela liberação do dinheiro que assegura a posse definitiva das terras de milhares de índios brasileiros.

Somente nos últimos dois anos, a Funai demarcou 20,7 milhões de hectares de terras indígenas com recursos do Banco Mundial (Bird) e do KWF, o Banco de Desenvolvimento da Alemanha.

Os índios brasileiros têm sido beneficiados com recursos do componente indígena no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7), definido durante a Conferência das Nações

Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

Hoje, técnicos alemães do KWF e do GTZ (Agência de Cooperação Técnica do governo alemão) iniciam, no parque indígena do Tumucumaque, no extremo norte do estado do Pará, uma vistoria das terras indígenas demarcadas com recursos do governo alemão.

ARTESENATO

O ponto de partida da visita será a aldeia Buna, na área indígena Apalai, no Parque do Tumucumaque, onde os técnicos alemães vão observar os projetos desenvolvidos pela Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque nas áreas de preservação ambiental e de incentivo à produção de artesanato indígena.

A delegação alemã visitará também a aldeia indígena waiãmpi, no estado do Amapá. As terras waiãmpi foram demarcadas com recursos alemães, com a participação dos próprios índios no trabalho de delimitação da área da reserva.

O Projeto Integrado de Proteção

José Varella 12.12.96



Índios da aldeia waiãmpi, no Amapá, esperam a visita de técnicos da Alemanha, que financiou a demarcação da área

das Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal foi inserido dentro do PP-G7 a partir da reunião de cúpula do Grupo dos Sete realizada em Houston, nos Estados Unidos,

em 1990.

Na ocasião, os chefes de Estado dos países mais industrializados do mundo manifestaram interesse em apoiar programas de proteção à flo-

resta tropical amazônica — a maior do planeta —, conservando sua biodiversidade, o que possibilitaria a implantação de atividades auto-sustentáveis na floresta (como a ex-

tração de castanhas e produtos nativos), sem que houvesse danos ao meio ambiente.

DEMARCAÇÃO

Com recursos internacionais, a Funai conseguiu demarcar 15 reservas indígenas na região, beneficiando as etnias Barasana, Suriana, Karapanã, Arapaco, Wanano, Maku, Tukano, Desano, Tukuya, Yepa Mahsa, Piratapua e Baré, no estado do Amazonas, num total de 10,6 milhões de hectares.

Outras oito áreas indígenas, com aproximadamente 808 mil hectares, estão em processo de demarcação e mais cinco, com 206 mil hectares no total, estão programadas para ser demarcadas ainda este ano.

“Os recursos dispendidos pelo PP-G7 para a regularização de terras permitirão que a Funai promova este ano a identificação de 26 das 113 áreas indígenas que ainda não passaram pelo processo de reconhecimento oficial.

Nos últimos quatro anos, com o governo de FHC, a Funai já demarcou 26,3 milhões de hectares, o que equivale a 36% de todas as terras indígenas do país até hoje demarcadas em governos anteriores.

Nessa relação ainda não estão incluídas as 24 reservas indígenas em processo de demarcação, que totalizam 2,4 milhões de hectares.

09/08/98
15